



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 51, DE 2003

(Do Sr. Augusto Nardes)

Institui o Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte - Banco do Pequeno Empresário, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2003
(Do Sr. Augusto Nardes)

Institui o Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte – Banco do Pequeno Empresário, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte – Banco do Pequeno Empresário, cuja finalidade é financiar necessidades de capital de giro e de investimento da pequena e média empresas.

Art. 2º São beneficiários do Fundo referido no art. 1º a pessoa jurídica e a firma individual que tiverem receita bruta anual superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e igual ou inferior a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo único. Não se inclui como beneficiária do Fundo de que trata esta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I – de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;

II – de pessoa física que seja titular de firma individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, na forma da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 3º O Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte – Banco do Pequeno Empresário será constituído de:

I – parcela dos recursos destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, consignados pelo art. 239, § 1º, da Constituição da República, nas condições fixadas pelo Poder Executivo;

II – dotações consignadas no Orçamento Geral da União e em créditos adicionais;

III – dotações consignadas nos Orçamentos Gerais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV – recursos oriundos de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

V – recursos oriundos da amortização de financiamentos concedidos pelo Fundo:

VI – dotações de entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

VII – empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais; e

VIII – outros recursos.

Art. 4º O Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte – Banco do Pequeno Empresário será administrado de forma a permitir a participação descentralizada de instituições financeiras oficiais de crédito federais e estaduais, bem como de agências de fomento, na elaboração e execução de projetos.

§ 1º A gestão financeira do Fundo caberá aos bancos oficiais federais, de acordo com as normas elaboradas pelo órgão competente.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos financeiros do Fundo para pagamento de despesas com pessoal e com encargos sociais, a qualquer título, sendo aquelas despesas e os respectivos encargos de responsabilidade da instituição financeira ou agência de fomento a que pertencer o empregado ou representante.

Art. 5º Compete ao órgão gestor do Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte – Banco do Pequeno Empresário:

I – promover e coordenar as atividades financiadas pelo Fundo, de forma a garantir a efetiva participação descentralizada das instituições financeiras e agências de fomento referidas no art. 4º desta Lei;

II – estabelecer normas gerais para a concessão de financiamento, apresentação e fiscalização dos projetos;

III – aprovar o plano de aplicação anual e das metas a serem atingidas no exercício seguinte;

IV – fiscalizar e controlar internamente o desempenho financeiro e contábil do Fundo;

V – deliberar sobre o montante de recursos destinados a financiamento de capital de giro e a investimento;

VI – fiscalizar e controlar as atividades técnicas delegadas às instituições financeiras estaduais e às agências de fomento;

VIII – adotar medidas complementares e eventualmente necessárias para atingir os objetivos do Fundo.

Art. 6º Os recursos serão aplicados por meio de financiamentos individuais ou coletivos, para os beneficiários definidos no art. 1º, conforme o plano de aplicação anual das receitas do Fundo de Desenvolvimento da Empresa de Micro e de Pequeno Porte – Banco do Pequeno Empresário.

Art. 7º Os financiamentos concedidos pelo Fundo terão juros limitados a até 12% (doze por cento) ao ano e podem ter redutores percentuais de até 50% (cinquenta por cento) sobre os encargos financeiros, a serem aplicados durante todo o prazo de vigência da operação, observado teto anual de rebate por beneficiário, a ser fixado pelo Poder Executivo.

Art. 8º É vedado o financiamento com recursos do Fundo a proponente que:

I – for mutuário já beneficiado com esses recursos, mesmo tendo liquidado o seu débito;

II – desempenhar função em órgão ou entidade estatais, ou, ainda, se achar investido de atribuições parafiscais;

III –dispuser de renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou atividade, superior a quinze mil reais;

IV - dispuser de patrimônio, composto de bens e direitos de qualquer natureza, de valor superior a cinqüenta mil reais.

Parágrafo único. Os limites referidos nos incisos III e IV supra serão corrigidos em 1º de janeiro de cada ano pela variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.12.94, no ano imediatamente anterior.

Art. 9º Os beneficiários do Fundo não poderão alienar o empreendimento, nem os respectivos equipamentos financiados, durante o prazo do financiamento, salvo para outro beneficiário enumerado no art. 1º, desde que com anuência do credor.

Art. 10 Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Do universo de empresas industriais estabelecidas no Brasil, cerca de 97% são de micro e pequeno porte, as quais respondem por 40% dos postos de trabalho do setor. No comércio, elas representam percentual semelhante, mas empregam aproximadamente 65% dos trabalhadores do segmento. No setor de serviços, atuam aproximadamente 750 mil delas. A importância que já assumiram nesse setor pode ser comprovada pela participação atingida nos contatos de prestação de serviços com a Administração Pública Federal: 9% dos contratos foram firmados com microempresas e 21% com empresas de pequeno porte; segmentos responsáveis por 43% dos postos de trabalho de todo o setor.

No competitivo comércio exterior, os dados da Funcex relativos a 2000 indicam que 64% dos exportadores eram micro e pequena empresas, que participaram com 12% do valor das exportações nacionais.

Esses números demonstram a extraordinária importância que as micro e pequenas empresas apresentam para o vigor da economia brasileira.

Esta importância é verificada também em outros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento.

O mais grave problema por elas enfrentado, principalmente na fase de consolidação, é a falta de financiamento. Com efeito, as micro, pequenas e médias empresas sofrem, desde seu nascimento, de baixa capacidade de capitalização de seus sócios ou proprietários, o que gera dependência de financiamento de instituições financeiras em maior proporção que para os grandes empreendimentos.

Os intermediários financeiros, por seu turno, avessos a risco de crédito, relutam em aprovar crédito para pequenas empresas. Elevam descabidamente a exigência de garantias colaterais e as taxas de juros, acabando por eliminar do mercado de crédito esse segmento empresarial. Isso explica, em parte, a elevada taxa de mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte no primeiro ano de atividade, a qual chega a cerca de 61% do total dos empreendimentos criados, segundo o Sebrae.

O presente Projeto de Lei pretende criar uma forma mais eficaz no fluxo de financiamento para os micro e pequenos negócios. A descentralização na elaboração e execução de projetos, por meio da participação de bancos oficiais federais, estaduais e das agências de fomento que resultaram da extinção de bancos estaduais, é fundamental para o sucesso do novo conceito ora proposto. Estas entidades são mais aptas para avaliar o risco de um crédito pleiteado por um pequeno produtor ou comerciante que a estrutura burocratizada e não capilarizada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Por estarem próximas da ponta tomadora, conhecem melhor o ambiente econômico local, a demanda e oferta do segmento em que o novo empresário pretende atuar, à semelhança da atuação da carteira de crédito rural do Banco do Brasil.

Prevemos no Projeto um amplo leque de recursos para o Banco do Pequeno Empresário, além do recurso principal, que é o FAT. Dessa forma, dota-se o Fundo de flexibilidade.

Ponto importante é a limitação da taxa de juros a ser cobrada no financiamento. Como apontado anteriormente, estes empresários não são capitalizados, e por isso necessitam de crédito bancário. As taxas cobradas no

mercado são inviáveis para eles: apenas acelerariam a asfixia de suas empresas, condenando-os à falência precoce. Assim, prevemos o teto de doze por cento ao ano, com possibilidade de aplicação de redutor de até 50%.

Para evitar abusos na concessão de financiamentos, prevemos algumas restrições, como a proibição de emprestar a quem já tiver obtido financiamento do Fundo, e um teto de renda familiar, entre outras.

Pelos positivos impactos econômicos e sociais que a entrada em vigor de lei com este propósito causaria, contamos com o apoio dos ilustres Deputados para o aperfeiçoamento e aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado AUGUSTO NARDES

30316201-034

<p align="center">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

CONSTITUIÇÃO

da
República Federativa do Brasil

1988

.....
....

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

.....
....

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

§ 1º Dos recursos mencionados no caput deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o caput deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

.....
.....
.....
.....

LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

Parágrafo único. O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

§ 2º O enquadramento de firma mercantil individual ou de pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

.....
.....
.....
.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 684, DE 31 DE OUTUBRO DE 1994 *

(Perda de eficácia –DCN em 22 de dezembro de 1992 p. 3462)

Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação Pis-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º A partir de 1º de dezembro de 1994, o Banco Central do Brasil divulgará a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), apurada de acordo com o disposto nesta Medida Provisória e em normas a serem baixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º A TJLP será calculada a partir da rentabilidade nominal média, em moeda nacional, verificada em período imediatamente anterior de sua vigência, nos títulos da Dívida Pública externa e interna de aquisição voluntária.

Art. 3º As normas que se refere o art. 1º, *in fine*, a serem baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, disporão, dentre outros aspectos, sobre:

- I - período de vigência da TJLP, observado o prazo mínimo de 3 (três) meses;
- II - prazos mínimos para enquadramento dos títulos como de longo prazo;
- III - especificação dos títulos da Dívida Pública interna e externa que servirão de base para cálculo da TJLP;
- IV - o prazo do período de apuração da rentabilidade a que se refere o *caput* do art. 2º, e
- V - as proporções em que a rentabilidade nominal média em moeda nacional de cada título será considerada no cálculo da TJLP.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer outras hipóteses de aplicação da TJLP, além das previstas nesta medida provisória.

Art. 4º Os recursos do Fundo de Participação Pis-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, repassados ao BNDES e destinados a financiamentos contratados a partir de 1º de dezembro de 1994, terão como remuneração nominal, a partir daquela data, a TJLP do respectivo período.

Parágrafo único. O BNDES transferirá, nos prazos legais, ao Fundo de Participação Pis-Pasep e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador o valor correspondente à TJLP aludida no *caput* deste artigo, limitada a 6% (seis por cento) ao ano, capitalizada a diferença, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar esse limite.

Art. 5º A partir de 1º de dezembro de 1994, os recursos dos fundos mencionados no art. 4º desta medida provisória, repassados ao BNDES e destinados a financiamentos

contratados até 30 de novembro de 1994, terão a Taxa Referencial (TR) a que alude o art. 25 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, substituída pela TJLP, reduzida do correspondente a 6% ao ano, mantidos, exclusivamente para estes recursos, os juros previstos nos §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

Art. 6º A apuração dos valores das obrigações pecuniárias devidas ao Fundo de Participação Pis-Pasep, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, ao Fundo da Marinha Mercante, bem assim dos valores dos saldos devedores dos financiamentos realizados com os respectivos recursos, será efetuada com base no critério *pro rata tempore*.

Art. 7º O disposto nesta medida provisória, aplica-se aos depósitos especiais de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, em instituições financeiras públicas federais.

Art. 8º Observado o disposto no art. 5º, *in fine*, desta medida provisória, ficam revogados o art. 25 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

Art 9º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 31 de outubro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.
ITAMAR FRANCO
Ciro Ferreira Gomes
Marcelo Pimentel
Beni Veras

***REEDIÇÕES COM ALTERAÇÕES DA MPV-000684/94:**

MPV-000802, MPV-000865, MPV-000918, MPV-000956, MPV-000981, MPV-001007, MPV-001030, MPV-001055, MPV-001082, MPV-001114, MPV-001147, MPV-001183, MPV-001219, MPV-001256, MPV-001295, MPV-001295, MPV-001335, MPV-001377, MPV-001423, MPV-001471, MPV-001471-21, MPV-001471-22, MPV-001471-23, MPV-001471-24, MPV-001471-25,

PROMULGAÇÃO – LEI 9.365/1996 DOFC 18/12/1996 027282 2

FIM DO DOCUMENTO
